

# COMISSÃO DE CULTURA

## PROJETO DE LEI Nº 5.374, DE 2019

Declara o “O Jiu Jitsu Brasileiro” Patrimônio Esportivo e Cultural Imaterial do Brasil.

**Autor:** Deputado Delegado Antônio Furtado.

**Relator:** Deputado Defensor Stélio Dener.

### I – RELATÓRIO

Veio ao exame da Comissão de Cultura o Projeto de Lei nº 5.374, de 2019, de autoria do Deputado Delegado Antônio Furtado, que “Declara ‘O Jiu Jitsu Brasileiro’ Patrimônio Esportivo e Cultural Imaterial do Brasil”.

Em 22 de outubro de 2019, a matéria foi distribuída para a apreciação conclusiva desta Comissão, nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno, e, nos termos do art. 54 do mesmo diploma legal, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, tramitando em regime ordinário, nos termos do art. 151, inciso III, do Regimento.

Estão apensados o Projeto de Lei nº 4.583, de 2023, do deputado federal Hélio Lopes e o Projeto de Lei nº 47, de 2024, da deputada federal Flávia Moraes. No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Em 26 de março de 2024, fui designado relator da matéria.

É o relatório.

### II - VOTO DO RELATOR

Cabe à Comissão de Cultura, nos termos do art. 32, inciso XXI, alíneas “a” e “g”, do Regimento Interno, opinar sobre todas as matérias atinentes ao



desenvolvimento cultural, inclusive patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, cultural, artístico e científico e homenagens cívicas.

O presente projeto de lei pretende reconhecer o “O Jiu Jitsu Brasileiro” como patrimônio esportivo e cultural imaterial do Brasil. Ressaltamos a nobre iniciativa do autor do Projeto de Lei, e este relator, enquanto praticante do Jiu Jitsu no estado de Roraima, reconhece a importância e os benefícios que essa arte marcial pode proporcionar ao corpo e à mente.

Pois bem, no ponto de vista de mérito, não vemos óbice na intenção do autor quanto ao objeto do Projeto de Lei. Mas é necessário atender os princípios constitucionais e ao mesmo tempo, observar a súmula de recomendações aos relatores da Comissão de Cultura que, claramente, estabelece alguns critérios a serem considerados durante análise das matérias que tramitam na comissão.

A Constituição Federal de 1988 reservou artigo especial no qual amplia a concepção de patrimônio cultural, incluindo a noção de patrimônio cultural imaterial. Segundo o art. 216 da Carta Magna, o patrimônio cultural brasileiro é constituído de bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem, dentre outros, as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver.

Apesar de todos os argumentos e do reconhecimento do “Jiu Jitsu Brasileiro” como patrimônio esportivo e cultural imaterial do Brasil evidenciando a expressão de nosso esporte e cultura e, portanto, apresentando características de patrimônio cultural imaterial brasileiro, a proposição enfrenta óbice de ordem formal. Ocorre que a constituição oficial de um bem como patrimônio cultural imaterial, no Brasil, é prerrogativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ouvido o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, nos termos do Decreto nº 3.551, de 2000, e da Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006, do IPHAN.

O referido decreto determina que o reconhecimento oficial de um bem como patrimônio cultural imaterial brasileiro dá-se por meio do Registro, ou seja, da sua inscrição em um dos seguintes livros: a) Livro de Registro dos Saberes (conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades); b) Livro de Registro das Celebrações (rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social); c) Livro de Registro das Formas de Expressão (manifestações literárias, musicais,



plásticas, cênicas e lúdicas); e d) Livro de Registro dos Lugares (mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas).

O registro de bem como patrimônio imaterial brasileiro é, portanto, matéria de competência do Poder Executivo, como corretamente assinala a Súmula nº 1/2023, de Recomendações aos Relatores, desta Comissão de Cultura. O reconhecimento oficial de um determinado bem ou expressão como patrimônio imaterial significa mais do que a mera atribuição de um título. Seu principal efeito é administrativo, na medida em que estabelece, para o IPHAN, órgão do Poder Executivo, uma série de obrigações relativas à salvaguarda do bem registrado.

Posto isso, de forma a atender as exigências do Decreto, informamos que vamos formalizar formalmente ao Poder Executivo, através do Ministério da Cultura e do Ministério do Esporte, o devido reconhecimento do “Jiu Jitsu Brasileiro” como Patrimônio Cultural Imaterial.

Mas em razão das considerações apresentadas, não entendemos como apropriada a aprovação da matéria.

Diante do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei n.º 5.374, de 2019 e dos apensados Projeto de Lei nº 4583, de 2023 e Projeto de Lei nº 47, de 2024.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado **DEFENSOR STÉLIO DENER**  
Relator

